ideológica, que de forma alguma deve adulterar o fim altruista a que colectividades desta natureza visam:

Hei por bem, usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa, decretar que se considere sem efeito o decreto n.º 9:729, de 26 de Maio último, bem como a portaria de 23 de Novembro do ano findo e o alvará a que na mesma se alude.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 12 de Junho de 1924. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Alfredo Ernesto de Sá Cardoso.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Fazenda Pública

Por ter saído com inexactidão no *Diário do Governo* n.º 116º 1.ª série, de 26 de Maio último, novamente se publica o seguinte:

Decreto n.º 9:730

Considerando que o Gabinete de Numismática do Palácio Nacional da Ajuda tem estado encerrado desde a implantação da República por conveniência do arrolamento dos bens que constituem o recheio do mesmo Palácio;

Considerando que, pelo decreto n.º 9:342, de 7 de Janeiro último, o Palácio Nacional da Ajuda deixou de continuar no estado de arrolamento, e portanto não se justifica que o referido Gabinete de Numismática permaneça fechado; mas

Considerando que o citado Palácio está situado em local onde, por falta de meios de transporte e pela sua grande distância do centro da cidade, se torna difícil e incómodo o acesso;

Considerando que, dada a importância e a reputação do mesmo Gabinete de Numismática, natural e até imperioso é que as espécies que o constituem sejam colocadas, como um todo, tal qual o têm sido até agora, em outro edificio do Estado que, dando, pelo menos, iguais garantias de segurança, tenha sobre aquele a vantagem do seu fácil acesso aos estudiosos e admiradores de numismática;

Considerando que, pela natureza especial dos seus serviços, pela segurança que oferece e ainda pela comodidade do local onde está situado, o edificio da Casa da Moeda e Valores Selados é o naturalmente indicado para receber as espécies que compõem o Gabinete de Numismática do Palácio Nacional da Ajuda:

Hei por bem, no uso da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É transferido do Palácio Nacional da Ajuda para a Casa da Moeda e Valores Selados o Gabinete de Numismática do mesmo Palácio.

Art. 2.º Na Casa da Moeda e Valores Selados será reconstituída a colecção numismática daquele Gabinete, de forma a poder ser exibida tal como se encontrava em 1910, quando foi ordenado o arrolamento judicial dos bens do Palácio Nacional da Ajuda.

Art. 3.º As espécies que constituíam e continuam a constituir o Gabinete de Numismática do Palácio Nacional da Ajuda serão dispostas na Casa da Moeda e Valores Selados de maneira que formem um todo especial e inconfundível, não podendo portanto, em nenhum caso, nem com qualquer fundamento ou pretexto, ser alguma delas deslocada do lugar que lhe compete, segundo a organização determinada no artigo anterior, para completar qualquer das colecções que de outra proveniência já

existem na referida Casa da Moeda ou para outro fim, seja elle qual for.

Art. 4.º O Gabinete de Numismática do Palácio Nacional da Ajuda, depois da sua remoção para a Casa da Moeda e Valores Selados, fica sob a vigilância da Administração Geral deste estabelecimento do Estado e sujeito à superior inspecção do Ministro das Finanças por intermédio da Direcção Geral da Fazenda Pública, onde se conservarão depositadas as chaves dos respectivos mostradores e demais móveis e toda a documentação relativa ao mesmo Gabinete.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 26 de Maio de 1924. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Álvaro Xavier de Castro.*

MINISTÉRIO DA GUERRA

1.ª Direcção Geral

4.ª Repartição

Decreto n.º 9:792

Tendo a experiência demonstrado que da insufficiente preparação da maior parte dos alunos que frequentam a Escola Preparatória de Officiais do Secretariado Militar resulta para os mesmos, dada a curta duração do curso, um enorme e exaustivo trabalho, que pode ter resultados anti-pedagógicos, pelo que se torna necessário o estabelecimento de um exame de admissão à matrícula na mesma Escola:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Guerra, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os candidatos à matrícula na Escola Preparatória de Officiais do Secretariado Militar serão submetidos a um exame de admissão, que constará de duas provas, uma escrita e outra oral.

§ 1.º A prova escrita, que terá a duração de quatro horas, constará de:

- a) Redacção de uma nota ou officio;
- b) Reprodução livre de um assunto (narração ou descrição) previamente lido;
- c) Problemas elementares de aritmética, geometria e desenho linear.

§ 2.º A prova oral, cuja duração será de uma hora, constará de:

- a) Explicação verbal e real de um trecho e sua análise gramatical;
- b) Noções gerais de História pátria, Geografia geral (noções) e Corografia de Portugal e colónias.

Art. 2.º Os candidatos serão classificados em admitidos e não admitidos.

Paços do Governo da República, 12 de Junho de 1924. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Américo Olava Correia de Azevedo.*

MINISTÉRIO DA MARINHA

Direcção Geral de Marinha

Direcção das Pescarias

Decreto n.º 9:793

Tendo o decreto n.º 9:704, de 21 de Maio de 1924, no § 5.º do seu artigo 11.º, alterado o estabelecido no

§ 3.º do artigo 58.º do decreto n.º 5:703, de 10 de Maio de 1919, e no n.º 3.º do artigo 40.º do decreto n.º 952, de 15 de Outubro de 1914;

Referindo-se o § 2.º do artigo 14.º do referido decreto n.º 9:704 à comissão de administração do fundo para aquisição de navios de fiscalização, e referindo-se o já citado § 5.º do artigo 11.º do decreto n.º 9:704 não só a aquisição ou construção de navios de fiscalização, como também a estudos de pesca, custeio dos mesmos estudos e a instalação e custeio de escolas de pesca;

Tornando-se preciso pôr em completa execução o decreto n.º 9:704, e sendo para isso necessário fixar a composição e as atribuições daquela comissão;

E usando das faculdades conferidas ao Poder Executivo pela lei n.º 1:545, de 7 de Fevereiro de 1924:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Marinha, ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

Artigo 1.º A administração e gerência do fundo a que se refere o § 5.º do artigo 11.º e § 2.º do artigo 14.º do decreto n.º 9:704, de 21 de Maio de 1924, compete a uma comissão composta do director geral de marinha, que servirá de presidente, do presidente da Comissão Central de Pescarias, do director de pescarias, do naturalista director do Aquário Vasco da Gama—Estação de Biologia Marítima, de um official delegado do estado maior naval, do sub-director das construções navais, que servirão de vogais, e de um official da administração naval, que servirá de secretário tesoureiro, cargo que poderá acumular com outro que seja compatível.

Art. 2.º A comissão indicada no artigo anterior gozará de plena autonomia na sua gerência e administração, submetendo anualmente as suas contas ao exame e verificação da Comissão Permanente Liquidatória de Responsabilidades.

Art. 3.º O saldo do depósito dos cinco sextos das licenças dos vapores de pesca, a que se referem o § 3.º do artigo 58.º do decreto n.º 5:703, de 10 de Maio de 1919, e o n.º 3.º do artigo 40.º do decreto n.º 952, de 15 de Outubro de 1914, passa a ser administrado e gerido pela comissão indicada no artigo 1.º deste decreto.

Art. 4.º Para a construção de navios de fiscalização da pesca e aquisição dos materiais precisos para essa construção fica a comissão designada no artigo 1.º deste decreto autorizada a contrair na Caixa Geral de Depósitos, caucionados pelos fundos sob a sua gerência, os empréstimos necessários para efectivar aquela construção e aquisição.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 12 de Junho de 1924. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Alvaro Xavier de Castro* — *Alfredo Ernesto de Sá Cardoso* — *José Domingues dos Santos* — *Américo Olavo Correia de Azevedo* — *Fernando Augusto Pereira da Silva* — *Domingos Leite Pereira* — *Nuno Simões* — *Mariano Martins* — *Helder Armando dos Santos Ribeiro* — *Júlio Ernesto de Lima Duque* — *Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro*.

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 9:794

Tendo o Ministério das Colónias satisfeito o fornecimento de artigos de material de guerra que lhe foi feito

pelo Ministério da Marinha, no valor de 27.000\$, importância que, nos termos do artigo 18.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908, deu entrada no Banco de Portugal, e sendo esta quantia indispensável para aquisição de material da mesma espécie, a fim de substituir o que foi cedido, em conformidade com o artigo 1.º do decreto n.º 806, de 27 de Agosto de 1914: hei por bem, tendo ouvido o Conselho de Ministros e sob proposta do Ministro da Marinha, decretar que seja aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Marinha, um crédito especial de 27.000\$, o qual reforçará o capítulo 8.º do orçamento da «Despesa extraordinária» do Ministério da Marinha para o ano económico de 1923-1924.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos do artigo 1.º do decreto n.º 2 de 15 de Dezembro de 1894, e examinado e visado pelo Conselho Superior de Finanças, de conformidade com a alínea a) do n.º 2.º do artigo 10.º do decreto n.º 5:525, de 8 de Maio de 1919.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 12 de Junho de 1924. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Alvaro Xavier de Castro* — *Alfredo Ernesto de Sá Cardoso* — *José Domingues dos Santos* — *Américo Olavo Correia de Azevedo* — *Fernando Augusto Pereira da Silva* — *Domingos Leite Pereira* — *Nuno Simões* — *Mariano Martins* — *Helder Armando dos Santos Ribeiro* — *Júlio Ernesto de Lima Duque* — *Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro*.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Primário e Normal

Decreto n.º 9:795

Considerando que há necessidade de regulamentar o decreto n.º 9:580, publicado no *Diário do Governo* de 5 de Abril de 1924;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa;

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Instrução Pública, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os alunos da 4.ª classe do ensino primário geral só poderão passar à 5.ª classe mediante um certificado de passagem, que lhes será concedido depois de aprovação nas provas finais da sua classe.

§ único. Para este efeito, de 1 a 20 de Julho reunir-se hão o professor da respectiva classe e o inspector escolar ou seu delegado, escolhido entre os professores da sede da escola, ou da escola mais próxima quando aquela tenha só um professor, a fim de apreciarem e classificarem os trabalhos dos alunos.

Art. 2.º Os professores das escolas oficiais e particulares enviarão nos últimos dez dias do mês de Junho ao inspector do circulo uma relação dos alunos que julgarem habilitados a passar à 5.ª classe, contendo a indicação do nome, idade, naturalidade e filiação e tempo de escola de cada um. Anàlogamente procederão os chefes de família com respeito aos alunos cuja educação a seu cargo se haja efectuado no ensino doméstico.

Art. 3.º A estas provas de passagem applica-se o disposto nos artigos 16.º e 32.º